



Handwritten signature in blue ink.

**Município de Santa Marta de Penaguião  
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO  
CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO,  
NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2025**

**N.º 07/2025**

**----- MESA DA ASSEMBLEIA: -----**

----- Presidente – José Emílio Esteves da Silva, 1.º Secretário – Manuel Aguiar Rego  
2.ª Secretária – Paula Cristina Morais Guedes Borges -----

**----- PRESENÇAS: -----**

**----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----**

----- Rosa Martins Cardoso, Cesário Pinto Canário, Sílvia Cristina Carvalho Pereira,  
Luís Manuel Frederico Moreira, David Manuel Conde Madureira Costa Almeida,  
Catarina da Conceição Silva, Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio, José Manuel  
Amorim Almeida, Fernando César Moreira Lopes Borges, José Afonso Matos Castro  
Gonçalves, Gil Carlos Lourenço Teixeira, António Paulo Monteiro Pinto Conceição e  
Catarina Pinto Guedes. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Cumieira Sempre”: -----**

----- Américo Salgueiro Garcia. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----**

----- Branca Maria Magalhães Bernardo Mota. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela coligação PPD/PSD e CDS-PP: -----**

----- Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, Maria Enide Gouveia da Silva Menezes Seixas,  
Luís Filipe Ribeiro, Maria Pereira Sequeira, Maria Manuel Aires Nogueira. -----



- **Deputados Municipais Eleitos pelo CHEGA:** -----
- Luís Manuel Esteves Catarino. -----
- **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Tiago Borges Magalhães, Tiago Artur Sequeira Cardoso. -----
- **AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----
- **PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Sílvia da Fonseca Silva, Presidente da Câmara; Daniel Filipe Matos dos Santos, Vice-Presidente; Fernando Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira e Carla Maria Pinto Borges Frederico Guedes, Vereadores. -----
- **SECRETARIOU:** Emanuel Rodrigues Costa, Chefe da Unidade de Contratação Pública. -----
- **HORA DE ABERTURA:** 18:00 HORAS. -----
- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da sessão. -----
- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----
- **1.1 –** Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2025. -----
- **1.2 –** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. -----
- **1.3 -** Assuntos de Interesse Municipal. -----
- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

- **2.1** – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----
- **2.2** – Aprovar o projeto de revisão do regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º 1, artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----
- **2.3** – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um suplente para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (alínea a), n.º 2, artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses); -----
- **2.4** – Eleição de 2 (dois) membros mais 1 (um) suplente para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (n.º 2, artigo 83.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----
- **2.5** – Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um representante das Freguesias (alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto da Lei de Bases da Proteção Civil). -----
- **2.6** – Designação de dois representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais (alínea b) do n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro); -----
- **2.7** - Nomeação de um membro da Assembleia Municipal para representação do citado órgão na Comissão Consultiva de acompanhamento do processo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião, para efeitos do artigo 83.º do RJIGT, em articulação com o artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. -----
- **2.8** - Proposta da Aliança Democrática (PPD/PSD-CDS.PP) para Transmissão Online das Sessões da Assembleia Municipal; -----

7/10/25

----- **2.9** – Deliberar a proposta da Câmara Municipal sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2026, a aplicar sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Santa Marta de Penaguião, no ano de 2026, para efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação de Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2026 (n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alíneas c) e d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- **2.11** – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2026, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1 do artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alíneas c) e d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- **2.12** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2026 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- **2.13** – Deliberar sobre a isenção total das taxas de ocupação de espaço público com esplanadas, mobiliário urbano, equipamentos, suportes publicitários e vendedores ambulantes não sedentários com sede no concelho de Santa Marta de

Penaguião e estabelecimentos comerciais com exposição de produtos na via pública (alínea b), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 109.º da Tabela de Taxas em vigor, com efeitos de 1 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026 - Deliberação de Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025). –

----- **2.14** – Deliberar sobre pagamento às Freguesias de São Miguel de Lobrigos, Lobrigos – São João Baptista, e Sanhoane, dos montantes referentes à transferência de competências prevista no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2025, com efeitos retroativos a novembro de 2025 (alínea j) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- **2.15** – Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril (alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- **2.16** – Deliberar sobre a proposta de criação de mais uma subunidade orgânica, fixando em sete o número máximo de subunidades orgânicas (Secções), de apoio administrativo, coordenadas por coordenadores técnicos, e alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, publicado no Diário da República, 2.ª série; n.º 189, de 29 de setembro de 2022, sendo alterados os artigos 48.º, 56.º e 82.º e aditado o artigo 55-A.º, mantendo-se inalteradas as restantes disposições, para efeitos da alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e da alínea m) do n.º 1 artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na suas atuais redações – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025; -----

*Handwritten signature or initials in blue ink.*

----- **2.17** – Deliberar sobre repartição de encargos relativos à pavimentação de arruamentos em vários locais do Concelho para efeitos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025; -----

----- **2.18** – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2026 (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025);

----- **2.19** – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos para 2026 (alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- **2.20** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

---- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 29 de dezembro de 2025. -----

----- *“Boa Tarde a todos, sejam bem-vindos a mais uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, a 5ª e última deste ano de 2025, e começo por cumprimentar a Srª Presidente, os senhores vereadores, os senhores deputados, colaboradores do município e o excelentíssimo público que sempre nos honra com a sua presença.”*-----

----- **1 – PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária do dia 12 de setembro de 2025.** -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a respetiva ata à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, com a abstenção dos deputados que não faziam parte da Assembleia Municipal no mandato a que esta Ata se refere.** -----

----- **1.2 – Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. -----

----- **1.3 – Assuntos de Interesse Municipal.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Paula Borges, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Em primeiro lugar gostaria de endereçar os meus sinceros parabéns ao executivo municipal pela vitória expressiva nas recentes eleições. Felicito a Senhora Presidente não só pelo resultado alcançado, mas também pelo percurso de determinação e coragem que sempre demonstrou sendo uma mulher de garra que nunca deixou de lutar pelos seus objetivos. O resultado eleitoral é um reconhecimento merecido do seu trabalho, da sua persistência, da força com que sempre defendeu aquilo em que acredita, servindo de exemplo de liderança e determinação. Tive a convicção que ia ocupar o lugar da Presidência da Câmara não só pela sua ambição garra e coragem, mas principalmente pela capacidade que sempre demonstrou ter. Desejo-lhe as maiores felicidades e muito sucesso bem como à equipa que a acompanha, Sr. Vice-presidente e Sr. Vereador, pessoas de muito mérito, dignas e excecionais, com votos de que tudo façam ao seu alcance em prol dos penaguienses e da melhoria da sua qualidade de vida, promovendo o bem-estar, a sua felicidade bem como o fortalecimento e o desenvolvimento do nosso Concelho. Muitos parabéns. No passado dia 6 de novembro a Comissão de Acompanhamento de combate ao bullying e ao Cyberbullying nas escolas, atribuiu o selo de escola sem violência ao Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião. O Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião promoveu e implementou um plano de prevenção ao combate do bullying e do Cyberbullying e este certificado é o reconhecimento do trabalho desenvolvido na promoção da qualidade, da saúde e do bem-estar, da inclusão da não-violência e da não discriminação, valores fundamentais para a formação e a educação das nossas crianças e jovens. De entre as atividades promovidas destacam-se palestras promovidas pela Escola Segura, projeto RAYUELA em parceria com a polícia judiciária, seguramente ações de cidadania e desenvolvimento*

*entre outras. Por esta iniciativa quero felicitar a Direção do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, pois através dela promovem um ambiente mais seguro, inclusivo e respeitador contribuindo assim para o desenvolvimento integral dos alunos e para uma comunidade mais justa. Outra iniciativa de especial relevância é a feira de São Martinho, um evento que envolve toda a comunidade e que promove e fortalece o convívio, a tradição e a identidade do nosso Concelho entre todos os elementos da comunidade educativa. Neste dia os alunos têm um papel ativo vendendo produtos da região e permitindo que toda a comunidade possa adquirir e valorizar os produtos locais. Houve momentos de dança e cantares tradicionais que contribuem para a preservação e valorização do Património Cultural do nosso Concelho. Realizou-se também o hastear da bandeira do programa Eco Escolas reconhecendo o Agrupamento como amigo do Ambiente e o seu compromisso com a educação ambiental. Em suma esta feira é uma iniciativa de extrema importância que reforça os laços entre todos os intervenientes da comunidade educativa e local. Não poderia deixar de realçar a entrega dos quadros de excelência e quadro de valor do Agrupamento. Uma iniciativa que reconhece não só o mérito académico, mas também atributos, valores e comportamentos atuais, incentivando os alunos a prosseguir os seus estudos com empenho, responsabilidade e sentido de cidadania. Este evento estreita também o relacionamento saudável entre Escola, Comunidade e Município. Numa iniciativa conjunta entre o Agrupamento e o executivo municipal, promovem o mérito, a motivação, o desenvolvimento de valores, a criação de hábitos escolares, a valorização do esforço, a autoestima e a autoconfiança. De salientar que 85 alunos integram o Quadro de Excelência e 20 fazem parte do Quadro Valor. Este reconhecimento inspira todos a se dedicarem e colaborarem pelo sucesso coletivo,*

*deixando orgulhosa toda a comunidade escolar. Também não poderia deixar de referir que no âmbito das comemorações do 24º aniversário da Instituição do Alto Douro vinhateiro na lista de património mundial da Unesco e dos 20 anos da convenção sobre a diversidade cultural, os alunos do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião participaram no espetáculo final do projeto Douro património de diversidades, que teve lugar no teatro Ribeiro Conceição em Lamego no dia 14 de dezembro. Com grande empenho, criatividade e sensibilidade artística, os alunos levaram a palco a identidade cultural Duriense, tendo como símbolo identitário a Trougha, como símbolo de memória e da partilha de saberes e das tradições das gentes do Douro. Este projeto inovador só foi possível dada a parceria e envolvimento do município de Santa Marta de Penaguião e o Agrupamento de Escolas. É com orgulho que celebramos este trabalho coletivo que valoriza o nosso Douro, a sua diversidade cultural e as novas gerações que eles representam. Ainda sobre o Agrupamento de Escolas, a biblioteca escolar do Agrupamento de Escolas conquistou um prémio no valor de 2.000€, com o projeto de 50 listas, uma iniciativa do plano nacional de leitura. O objetivo do concurso era criar listas de livros diversos e de qualidade visando enriquecer o fundo documental da biblioteca escolar e promover o gosto pela leitura. Com a atribuição do prémio adaptaram-se sugestões de leitura aos perfis e interesses dos alunos, dos seis funcionários, promovendo a diversidade de género e outros. Por último gostaria de destacar a importância do campo de férias de Natal, promovido pela nossa autarquia e dirigido a todas as crianças do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. Durante o período de interrupção letiva, este campo de férias oferece atividades lúdicas, educativas e divertidas proporcionando às crianças momentos de convívio, aprendizagem num ambiente seguro e feliz sendo totalmente gratuito. Ao*



*mesmo tempo é um apoio fundamental para os pais e encarregados de educação, para poderem trabalhar com tranquilidade, sabendo que os seus filhos estão bem cuidados e alimentados. Este tipo de projeto demonstra o compromisso da autarquia com o bem-estar e alegria das crianças e das suas famílias. Sendo assim deve ser uma iniciativa a mobilizar e a manter no futuro pois responde a uma necessidade real das famílias. Um bem-haja por isso. Obrigada". -----*

----- Solicitou a palavra o senhor deputado, Jorge Teixeira que após cumprimentar todos presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

-----*"Meus senhores, no seguimento da minha última intervenção no mandato anterior nesta casa, uma vez que temos aqui caras novas, enquanto membro desta assembleia quero deixar uma mensagem simples, mas importante. Começamos um novo mandato e quero deixar claro que uma coisa é fazer política, podemos discordar, podemos debater, mas não devemos confundir ideias com pessoas. Somos adversários políticos, é isso que fortalece a democracia, mas acima de tudo somos todos responsáveis pelo mesmo, Santa Marta de Penaguião e o bem-estar da sua população. Que a força do debate não ultrapasse o respeito mútuo e que este mandato seja de trabalho sério firme e digno. Muito obrigado. Depois Srª Presidente quero falar sobre o empréstimo de 1,6 milhões euros, que o município contraiu para alcatroar diversas ruas e vias do Concelho. A nossa bancada quer saber, existem datas concretas para avançar com as obras, quais as ruas ou vias que serão intervencionadas e, aproveitando a oportunidade deixar uma proposta construtiva e séria, considerando a melhor forma de utilizar os recursos do município. Antes de colocar algum alcatrão é fundamental um planeamento integrado. Propomos que se verifique a possibilidade de enterrar os cabos de fibra ótica hoje espalhados e*

*expostos, a possibilidade de enterrar os cabos de eletricidade, eliminando a quantidade de fios e a poluição visual. Se houver necessidade de substituir condutas de água, isso deve ser feito antes do alcatroamento e que nos lugares sem gás, as condutas sejam colocadas primeiro. Esta é a forma mais inteligente e eficiente de investir o dinheiro do município e evitar gastos desnecessários e obras repetidas. Proteger a paisagem e garantir infraestruturas bem-feitas desde o início. A nossa bancada acredita que este tipo de planeamento é a diferença entre obras bem-feitas e obras comuns e assim queremos trabalhar com consenso e com propostas construtivas e eficazes para todos os munícipes. Em relação às vias existentes, outra questão que nos preocupa, a questão das marcações nas estradas. Com o inverno, com o mau tempo e com o fato de escurecer mais cedo, tornou-se evidente aquilo que muitos condutores já sentem há meses. Há vias no Concelho onde simplesmente deixamos de ver a estrada e as suas marcações. As marcações estão apagadas, inexistentes ou totalmente ineficazes. Isso é um critério para uma questão básica de segurança rodoviária. Exemplo flagrante é a N2 e embora saibamos que não é da competência do executivo a sua manutenção fora do centro da Vila, sabemos que é da competência de um executivo zeloso e preocupado, interceder sobre os organismos e instituições de direito para que as coisas aconteçam. Perguntamos ao executivo porque é que esta situação se arrasta e se existe um plano sério para a reposição das marcações antes que tenhamos de lamentar acidentes evitáveis. Ainda também no domínio da segurança, não podemos ignorar a falta de rails de proteção em vários troços das estradas. A inexistência dessas estruturas representa um perigo real e permanente, sobretudo em zonas com desníveis, curvas perigosas ou proximidade a linhas de água. Aqui não estamos a falar de conforto, estamos a falar*

*de prevenção e responsabilidade política. A pergunta é a seguinte, vai agir ou vai esperar que algo aconteça. Passando agora para o ribeiro aqui no centro da Vila e também a sua foz, a situação é no mínimo preocupante. São frequentes os episódios de cheiros nauseabundos que causam desconforto a quem ali circula, afetam a vivência do espaço público de quem ali habita e projetam uma imagem negativa da Vila. Mais grave ainda a situação comporta um risco para a saúde pública e não pode ser tratado com ligeireza. Queremos saber se o executivo conhece as causas concretas deste problema e sobretudo porque razão é que ainda não foi encontrada uma solução eficaz e definitiva. Também perguntar relativamente à casa mortuária de Paradela do Monte. A obra está concluída, o investimento foi feito, mas o equipamento continua fechado e sem utilização. A nosso ver representa um desrespeito pela população local que há muito anseia por esta infraestrutura. Perguntamos o que está a falhar e quando será finalmente colocada ao serviço da comunidade. Por último queremos também abordar a questão do gás natural, onde a desigualdade de tratamentos e de localidades é evidente. Temos situações em que algumas casas dispõem deste serviço e outras a escassos metros de distância não têm. Esta falta de coerência gera revolta, incompreensão e um sentimento claro de injustiça entre municípios. A bancada da AD quer saber quais os critérios adotados, se existe um plano de ação da rede e por que razão continuam a existir cidadãos de 1ª e de 2ª no acesso a serviços básicos. Caros deputados estes problemas não são abstratos nem secundários. São problemas reais sentidos diariamente pela população e exigem respostas claras e prazos de ação concretos. A bancada da AD continuará a cumprir o seu papel. Fiscalizar, questionar e defender o interesse das populações. Muito obrigado.”*-----

----- Solicitou a palavra a Senhora deputada, Rosa Cardoso que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

-----“O que me traz aqui hoje é dar uma visão um bocadinho mais esclarecedora acerca de alguns comentários menos bons a nível da educação. Sinto-me um bocadinho responsável por fazer chegar dados reais de fontes fidedignas e não ouvindo tudo o que soa por aí como sendo uma verdade. Trago hoje a esta assembleia um tema que merece a nossa atenção e sentido de responsabilidade. A educação e, em particular, a recente circulação de informação que diz respeito ao facto de o nosso Concelho se encontrar numa posição paupérrima, no que diz respeito ao ranking nacional das Escolas do País. É vergonhoso ouvir isto. Quando falamos em educação não estamos só a falar em calendários e avaliações. Estamos também a falar do bem-estar dos nossos alunos, das nossas crianças, dos nossos jovens que também têm essas fontes informativas e da confiança que temos no nosso sistema educativo. A disseminação de informação falsa, ainda que por vezes sem intenção, tem consequências reais. Afeta a preparação dos alunos, cria alarmismo desnecessário e fragiliza a relação e a confiança na escola, nas famílias e na instituição pública. São comentários vergonhosos de gente que não sabe o que diz, apenas se acha no direito de dizer. Importa por isso repor a verdade com clareza e responsabilidade sendo fundamental afirmar que qualquer informação sobre provas, exames ou orientação pedagógica, deve ser consultada através de fontes oficiais nomeadamente, do MECI- Ministério da Educação, Ciência e Inovação ou no Agrupamento e também dos canais institucionais. Recorrendo a uma fonte fidedigna que é o relatório nacional das provas finais de 2025, nomeadamente no que diz respeito à nossa avaliação externa que são no 9º ano as provas de matemática e português, teço o seguinte comentário. Foi feito

*pelo instituto público, já desta nova era digamos assim, responsável pela avaliação externa das aprendizagens que é o EDUQA e então vou falar de 3 itens. O nosso Concelho a nível de NUTS II que engloba 328 municípios a nossa posição ao nível da matemática é a 79ª e ao nível do português é a 17ª, isto em 328 municípios. Ao nível da NUT II mais propriamente da região Norte, em 86 municípios nós estamos na matemática na posição 29ª, e a português na 5ª posição. Ao nível do Douro, que são os 19 municípios da CIM que todos conhecemos, a nossa posição a matemática é a 4º lugar e a português a 2º lugar. Portanto é muito perturbador ouvir certos comentários que se passam na praça pública, portanto eu agradecia que fixassem estes dados que são do governo, que a todos nos avaliam. Quando falamos em avaliação e educação devemos basear-nos em informações oficiais, fornecidos pelo estado, não em boatos que circulam nas redes sociais, no contexto da desinformação. Enquanto assembleia municipal não podemos ser espetadores apenas. Temos o dever de apoiar as escolas, tranquilizar as famílias e exigir comunicação clara, atempada e rigorosa sempre que surjam situações desta natureza. A educação precisa de estabilidade, verdade e respeito. Os nossos alunos merecem isso, os professores merecem isso, a comunidade educativa merece isso, as famílias merecem isso. Por fim, agora voltando ao início desta sessão, desejo ao Sr Presidente da Assembleia Municipal, ao executivo municipal e a todos os membros desta assembleia, um mandato profícuo, regulado pelo respeito, pela colaboração, pelo trabalho em prol do desenvolvimento do nosso Concelho. Por Santa Marta. Muito obrigado.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor deputado, Cesário Canário que depois de cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

-----“Senhora Presidente, é um gosto vê-la aqui neste lugar, um lugar lindo e dizer-lhe que em 1º lugar receba um cumprimento muito especial e na sua pessoa permita-me que cumprimente todos os restantes elementos da mesa. Desejo-lhe como sabe o maior sucesso, porque o maior sucesso ser do seu executivo, será também o maior sucesso de todos nós, nomeadamente quem representamos, que são os penaguienses. Senhores Presidentes de Junta que por inerência do cargo são também deputados desta assembleia, uma palavra muito especial para vocês porque de certeza que vocês têm noção da vossa importância neste ato. Vocês são os mais próximos das freguesias e têm uma responsabilidade muito acrescida que em qualquer circunstância que lhes seja transmitida, seja da vossa responsabilidade ou seja da responsabilidade do executivo, vocês têm de ouvir e fazer chegar exatamente essas necessidades, essas reclamações, essas preocupações. Se assim for tenho a certeza que todos ganhamos, ou seja, ganham as freguesias, ganha o Concelho e tenho a certeza absoluta, que a Srª Presidente, vai com a sua eleição ter um trabalho mais fácil. Para vós o desejo sincero que tenham um mandato com a dignidade que o cargo merece. Depois cumprimentar os meus colegas de todas as bancadas. Permitam-me sublinhar e dirigir uma palavra de apreço muito especial a um grande amigo que é o Engenheiro Luís Catarino. Obrigado, como sabe não era aí que eu o queria ver, digo isto com toda a sinceridade, mas acho que nesta casa temos de estar imbuídos deste respeito. Podemos discordar, podemos não concordar, ter as nossas diferenças, mas o respeito deve estar sempre presente nas nossas sessões, e se tivermos respeito é tudo muito mais fácil. Espero, que o conheço, que não estará aqui para fazer um trabalho qualquer, sei que vai estar atento, mas sei também que vai apreciar aquilo que de bom se faz nesta casa e neste Concelho. Aos meus colegas e



*a todos espero e usando as palavras do líder da bancada do PSD, nunca poderia estar mais de acordo com aquilo que disse. Esta casa é para se falar de política e de coisas de interesse para o nosso Concelho, outra coisa não faria qualquer sentido. Depois resta-me cumprimentar também o Senhor Chefe de Divisão, é uma honra também, é a primeira vez que estou aqui a vê-lo, desejo também ao Emanuel que está a secretariar esta assembleia, obrigado pela sua presença e depois olhar para este público maravilhoso, esta gente que gosta de vira para aqui, ouvir aquilo o que cada um tem a dizer a esta assembleia. Dito isto e feita esta ronda Srª Presidente, normalmente os balanços dos políticos fazem-se nos primeiros 100 dias, vá lá ver, desta vez não chegamos lá porque penso eu que ainda estamos só nos 60 dias, ainda faltam mais de 40 dias. Ora, eu não podia esperar mais 40 dias, porque depois já ultrapassava os 100 e era uma chatice. Srª Presidente, as disputas políticas para que cada um conseguisse o seu objetivo político, terminou no dia 12 de outubro. Todos nós tivemos a possibilidade, de no nosso Concelho e nas nossas freguesias de dizermos ao que vínhamos, o que propúnhamos, dizer qual era a nossa missão e o nosso trabalho. Ora esse trabalho, essa disputa no bom sentido, terminou no dia 12 de Outubro. Acontece que a partir desse dia e se falarmos logo na posse do executivo que foi dia 25 de outubro de 2025, eu tenho vontade de fazer uma pequena reserva, então vamos ver o que se passou, uma coisa simples, muito simples. A Srª Presidente foi acusada na campanha eleitoral de tudo e mais alguma coisa. Desde incompetente, que não tinha capacidade para o cargo, que não tinha conhecimento, que não tinha sabedoria, etc, etc, etc. E então o que é que os penaguienses fizeram, ouviram uns, ouviram outros e houve uma coisa que fizeram, a mentira não deu nenhum resultado, pelo menos para quem a proferiu. Toda a gente sabe. Fechou-se um ciclo político,*

*iniciou-se outro e os penaguienses disseram sem qualquer margem de dúvida, nós queremos que continue com os destinos deste Concelho. Sílvia Silva, assim foi, assim aconteceu. Logo a seguir ao momento da posse, a Srª presidente o que nós estamos a ver aqui, não mais parou. Desde logo o passo é demorado, mas muito simples. A Srª Presidente esteve em Lisboa, na Secretaria da Habitação e no Instituto de Reabilitação Urbana, trouxe uma grande esperança daquilo que eram os seus objetivos. Depois em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, teve também um grande sucesso com a reabilitação da Ria do Rodo e o afluente do Rio Aguilhão, com o apoio já definido, com aproximadamente 170 milhões de euros. Esteve também presente na Associação Nacional de Municípios, participou no evento que já foi aqui referido, o Quadro de Excelência e Valores, mas no dia 5, Srª Presidente, a Voz de Trás-os-Montes deu aqui uma grande notícia e então quando Vª Exa, foi interpelada por este jornal disse aqui que ficou muito preocupada e satisfeita com o resultado, até porque comporta uma grande responsabilidade. Isto é como tudo, quanto maior a fasquia maior é a responsabilidade. Depois disse o seguinte, tenho uma responsabilidade enorme em cima de mim, demonstrar que as mulheres são capazes de assumir este cargo e depois disse, se tivermos uma oferta de habitação diferenciada para as diferentes carteiras e para as diferentes faixas etárias, trazemos gente para Santa Marta. Depois questionada sobre o que as pessoas mais pediram disse “que olhasse para elas” e é exatamente isso que fez e continua a fazer, mas é na habitação a sua grande preocupação. Depois Srª Presidente, temos muitas casas devolutas nas freguesias e queremos recuperá-las. Deixe-me dizer-lhe que esta é uma medida da maior importância e que infelizmente tem estado esquecida há muito tempo. Depois mais tarde Sílvia Silva lembra que estamos aqui e assume um papel*

*em que diz que para trazer empresas para o Concelho, disse que não pode pedir que grandes indústrias se instalem aqui, mas estamos dispostos a ajudar porque nós estamos aqui num eixo que é Vila Real e Régua e de facto nós somos um pouco mais pequeninos. Mas mesmo assim a Srª Presidente diz que de facto vai estando atenta e essas coisas. Daqui a 4 anos quero que continuem a olhar para mim como a Sílvia porque os cargos são passageiros, mas de uma coisa podem ter a certeza, estou aqui para trabalhar. De facto, aquilo que disse em campanha, di-lo aqui e de facto o seu lema é trabalhar. Mas há aqui uma coisa hoje, olhando para este salão, há qualquer coisa que me chama a atenção e eu passo do dia 12 para o dia 25, dou um salto enorme para o dia 23 de novembro, que teve neste salão o ato mais nobre que jamais eu poderia imaginar neste salão e isso Sílvia Silva, tenho de lhe dizer, eu quando entrei neste salão e vi o que vi, toda a gente hoje vê, só podia partir de uma pessoa com uma imaginação e uma criatividade sem par. Aliás digo, os seus antecessores já se devem ter interrogado, perdoem-me a expressão “porra” mas porque é que nós nunca nos lembramos disto. Estou a falar exatamente da sessão solene comemorativa dos 250 anos da elevação de Santa Marta de Penaguião a Vila, é de fato um ato simbólico, com relevância cultural e emocional nunca visto. Senhora Presidente, se não fosse por mais nada, acho que esta sua imaginação e criatividade, tornou-a para mim uma mulher em quem podemos confiar, em quem podemos acreditar e tenho a certeza de que não nos vai defraudar, não a nós deputados, mas sobretudo aos penaguienses. Muito obrigado.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado, Luís Catarino que depois de cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

-----“Começo por dizer que se ultrapassar os 2 minutos me avise, serei breve. Sinto-

*me feliz por ter regressado a esta casa, digo-o com toda a satisfação. A minha vida profissional seguiu outro rumo, mas achei que era a altura de voltar a Santa Marta porque, a gente ouve tanta coisa, mas não está dentro dos problemas do Concelho, portanto, nada melhor que estar dentro do Concelho, voltar a ver e a estar em contacto com a realidade própria do Concelho. Sei com toda a certeza, todo o elenco que aqui está, Srª Presidente, Srs. Vereadores, irão fazer um excelente trabalho. Estou aqui para ajudar, para colaborar sempre com a consciência de que é em prol de Santa Marta e dos penaguienses. Espero que Santa Marta dê um salto quantitativo e até qualitativo, na qualidade de vida e bem-estar das pessoas porque também não me esqueço que já fomos 11 mil e qualquer coisa e agora somos 6 mil e setecentos e pouco. Temos de ver o que é preciso fazer, para tentar trazer as pessoas ao Concelho e agora, queimando quase os 2 minutos e de modo informal, quero perguntar à Srª Presidente, se me poder responder porque não está no programa. A Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião, ainda tem muitos lotes por ocupar. Quais as medidas que pensa tomar, no aspeto de benesses para atrair empresários para a região e outra das coisas que eu soube há pouco, é que a própria Câmara também tem um representante na Adegas e como este Concelho é um Concelho Agrícola, gostaria de saber quais as funções de um representante da Câmara na Adegas, se ele tem poder vinculativo, se pode decidir ou se é um poder meramente informal. Informaram-me disso que o Sr Júlio faz parte da Direção da Adegas e que foi colocado pelo município, não sei se será verdade, foi uma coisa deixada no ar de maneira informal Obrigado.”-*

----- Solicitou a palavra a Senhora deputada, Cristina Carvalho que depois de cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

-----“Em nome de todos venho expressar o meu sincero agradecimento à senhora Presidente da Câmara e ao executivo camarário pela realização do almoço de Natal sénior de 2025. Dirijo uma palavra especial a toda a comunidade presente e a todos aqueles que por qualquer motivo não puderam estar connosco neste momento tão significativo. Esta iniciativa revelou-se de grande importância para a comunidade sénior, um momento de convívio e, de partilha, de valorização social. Foi um encontro marcado pela alegria, pelo espírito de união e do verdadeiro significado do Natal, bem visível em todos os participantes. Aproveito também para agradecer o excelente serviço prestado, bem como a agradecer a todos os colaboradores o atendimento atencioso profissional e dedicado. A experiência foi sem dúvida muito agradável. Ainda de salientar que foi alcançado um número recorde de participantes e que reflete claramente o sucesso e o impacto positivo desta iniciativa. Em nome de todos, o nosso muito obrigado pelo cuidado, pela dedicação demonstrados. Um bem hajam. Antes de mais quero agradecer aqui à Dr.ª Sílvia, que tenho muito orgulho de ser mulher e de ser representada por uma mulher. Muito obrigada.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado David Almeida, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Quero aproveitar este momento para parabenizar e destacar alguns atletas aqui do nosso Concelho que nas últimas semanas, em diversos desportos nos encheram de orgulho. São exemplos de dedicação e merecem o nosso reconhecimento. No ciclismo António Gomes venceu o torneio Regional de meias maratonas. Na natação Francisco Monteiro, conquistou 6 medalhas. No futebol Mateus Sousa teve um gesto de fair play com a equipa adversária e obteve um cartão branco. No automobilismo

*Andreia Fonseca que se sagrou campeã feminina de velocidade na categoria Legends 1300, conquistado no Autódromo do Estoril. A bancada do Partido Socialista e Por Medrões Sempre, dá os parabéns por este trabalho e por representarem tão bem o Concelho.” -----*

----- Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Bem-vindos a este quadriénio 25/29, espero que este público nos acompanhe até ao fim. Eu vou começar pelo fim que é mais fácil porque está mais fresco, se, entretanto, me esquecer de alguma coisa por favor lembrem-me e vou acrescentar David, se eu estiver a dizer alguma asneira que me corrijam, segundo informação que eu tive mesmo há bocado, também os jornais espanhóis fazem referência ao Guilherme, e dar os parabéns porque sempre que ele é referido, refere sempre Santa Marta de Penaguião como um ato muito positivo, portanto muito obrigado. Temos gente muito capaz, gente brilhante. Sílvia, muito obrigado por teres feito essa referência, normalmente há coisas para nos que são normais, quando afinal são extraordinárias. Quando há pessoas que vêm pela primeira vez e o que disse também já o ouvi de outras pessoas, quando se deparam pela primeira vez com o almoço sénior ou com o passeio sénior, uma coisa que para nós já é comum, quase vulgar é realçado e considerado extraordinário, pela forma como fazemos e pela forma como as pessoas vivem esses momentos e sim, foi um momento muito bom e por isso mesmo quando as vezes equacionamos os certos investimentos dos quais não conseguimos abdicar é porque é também de sorrisos e de felicidade que se constrói o futuro. Senhor Engenheiro Luís Catarino, seja muito bem-vindo, dizer-lhe que nos*



*não temos nenhum representante na adegã, o Senhor Júlio que é meu Chefe de Gabinete, é paralelamente membro da direção mas as coisas não se tocam, aliás nós podemos aproveitar-nos um bocadinho dele para fazer algumas intersecções ou até para ajudar, mas a verdade é que não estão ligados os dois cargos, mas depois de o ouvir, comecei logo a pensar num órgão colegial, num conjunto de pessoas que até se podem juntar em prol das Caves e do seu alavancar, quem sabe, até pode ser uma boa ideia. Relativamente à Zona Oficinal acho que não é desconhecido, toda a gente sabe que nós temos a Zona Oficinal mais ou menos a meio gás. Temos algumas situações que ainda estão em contencioso, confesso que ainda não me debrucei sobre o assunto, ainda só passaram 2 meses, é um tema com o qual eu não estava a trabalhar diretamente e que agora quero trabalhar de forma mais atenta, tentar perceber aquilo que é obrigatório continuar, aquilo que se pode deixar cair se não construírem nada e voltar a colocar o que tiver de ser no mercado. Também queria dizer que vamos tentar dentro dos possíveis que não façam da Zona Oficinal um lugar de depósito. O ideal é que sejam empresas que deem alguma dinâmica. Também posso dizer que já estamos a discernir a possibilidade de abrir outras frentes, outras áreas para a zona industrial e dizer-lhes que aqui no nosso Concelho, não é mesmo nada fácil esbarrar com a APA, é mesmo muito, muito complicado. Portanto, os locais que podiam ter áreas maiores para se fazer uma zona industrial mais atrativa, com bastante espaço, por norma são áreas protegidas, mas nós vamos continuar a bater nesse assunto. Sr. Cesário, deixou-me sem jeito. Deixe-me dizer-lhe que na habitação há coisas que vamos ouvindo e vamos aprendendo. Eu tinha ouvido alguns rumores sobre financiamento de muitos milhões, aliás qualquer pessoa que veja televisão vê isso, mas tinha de ter informações mais detalhadas até por alguns compromissos*

*assumidos e dirigi-me diretamente ao sítio onde estaria a informação correta para não me estar a perder e é com muito gosto e a seu tempo traremos toda a informação a este órgão. Primeiro será a discussão na Câmara Municipal, mas há situações em que por exemplo na estratégia Local de Habitação, o diagnóstico não tem de ser estanque, pode ser dinâmico e evolutivo, embora com características diferentes. Até agora nós conseguimos fazer candidaturas a 100%, os nossos financiamentos poderão ser 60%, 40%, mas vai ser-nos em princípio permitido inserir os dois bairros sociais que não foram incluídos na última e agora também vão para requalificação porque precisam e bastante. Também estamos a pensar e a planear a ampliação de construção não só social, porque até está prevista agora na estratégia com os 21 fogos, mas o nosso interesse é que haja uma construção dentro do pleno direito a custos pontuais ou para venda ou para arrendamento, para todos os bolsos e todas as faixas etárias, nomeadamente todas as pessoas que queiram vir estabelecer-se cá porque gente trás movimento, movimento trás economia e portanto, vamos tentar fazer isso. Dizer também que o projeto que foi assinado com a APA, um protocolo no valor de 158 mil euros, referente às duas ribeiras, já era um projeto que tinha sido submetido numa data anterior e finalmente agora conseguimos e bem. Já se diz que quem não pede não houve Deus, acabei por encontrar com alguma habilidade e algum engenho, fazer com que passasse para 2026 o fundo de reserva que eles tinham para Santa Marta. Dizer-lhes também que temos outras nomeadamente em Santa Comba, temos lá uma situação que toda a gente conhece e essa será a próxima que iremos levar para chatear a APA. Aproveito para aqui nos assuntos do deputado Jorge, para dizer que relativamente ao centro da Vila, em relação à Ribeira pedi ao Dr. António Afonso, que é da APA e vai estar aqui em janeiro, vai fazer connosco uma visita a esses sítios,*

nomeadamente junto ao campo de treinos, aquela ribeira tem de ser tratada. É um assunto que já estava a ser pensado e planeado. Tem de levar ali travessas para que não haja uma passagem de detritos, que empanquem a passagem correta da água, para que não estejamos sempre aflitos, temos de fazer uma intervenção de fundo que permita que a passagem da água seja sempre fluida. Relativamente ao cheiro na Rua Velha é onde realmente se sente mais, também achamos que tapar só por si, não será uma resposta, portanto tentarmos perceber de onde vem e isso fará parte de uma intervenção e requalificação que começará aqui na praça, aliás já começou, que foi abrandada pelas eleições e que englobará também a Alameda 13 de Janeiro. O gás natural como sabe é um investimento particular. Concordo consigo que deve haver da nossa parte toda a preocupação em analisar qual é a expansão do gás, que realmente está a ser feita, com que critério, porque não são critérios nossos. Não tem sido uma intervenção de escolha nossa, mas já está pensado haver aqui uma reunião que planeie, que programe ou que tente perceber, qual a possibilidade de haver expansão, sendo certo, que eu sei porque moro em Medrões, que não será fácil chegar lá. Em relação aos escassos metros, não sei, não faço nenhuma ideia, vou tentar perceber aquilo que está a dizer, arrisco dizer que poderá ser uma situação normal quando é até 10 e 10 não é 11, portanto poderá ficar ali no limbo alguma casa e deveria existir uma sensibilidade de quem está na frente do projeto, de se dirigir à Junta ou à Câmara e dizer estamos a 100 m de uma casa, mas nós só temos isto, portanto estou a tentar perceber o que estava a dizer, não sei se é o caso, se não é, mas poderá ser a situação, mas não acho que a empresa que está a trabalhar escolha as causas. Não me parece. Mas alguma coisa tem de ser feita de certa forma melhor coordenada. A casa Mortuária de Paradela vai abrir, esperamos nós fazer, não digo uma



*inauguração, mas corrigir algumas situações, mas que esteja disponível quando for preciso infelizmente, que não seja tão cedo quanto isso. Os rails como sabem estão no nosso plano de compromissos, gostaríamos e digo gostaríamos porque queremos ser responsáveis por aquilo que dizemos, especialmente nessa matéria, mas o nosso objetivo e para o qual vamos trabalhar, é que em 4 anos a nível de rails estejamos totalmente em segurança. As marcações na estrada tenho a dizer-lhe que colegas nesta casa já me fizeram o mesmo reparo. Eu própria mandei um e-mail para a EP e falei com a Eng<sup>a</sup> Aida e pedi, a mim falaram-me em Santa Marta/Vila Real, mas eu sei que Santa Marta/Régua tem também alguns troços a precisar. Fiz o pedido e disseram-me que em janeiro de 2026 iriam ter isso em atenção, se não tiverem, nós cá estaremos para continuar a chatear. Depois o empréstimo, ainda não veio o visto do Tribunal de Contas, mas não é por isso que as obras não arrancaram. Relativamente á estrada do Marão, foi mesmo a pedido do empreiteiro que passássemos para a frente dadas as condições atmosféricas. Como estamos à espera do Visto e considerando realmente a quantidade de chuva e do tempo que é preciso, entendemos nós também, deixar ficar as pavimentações em princípio para o mês de abril e depois será mais fácil fazer sem interrupção. Enterrar os fios da fibra ótica e da eletricidade são das indicações que nós aqui temos, acho que sim que é uma boa ideia. Relativamente ao gás, já tínhamos pensado nisso nomeadamente já há uma intervenção em Tabuadelo que já está a ser ponderada dessa forma, ou seja, vamos primeiro encaminhar as águas residuais e só depois alcatroar. Realmente eu sei que isto não vai ser sempre assim. Eu sei que as palavras as vezes são umas e depois a ações acabam por ser outras. Se estivesse aqui o nosso amigo Zé Bento diria que alguma picardia poderia ser também interessante na discussão, pode ser,*

*mas eu vou antes pegar numa palavra que ouvi aqui e que acho mais importante que é o “Respeito”. Se todas as picardias e todas as discussões forem com respeito, está tudo bem. Essa não é do Senhor Cesário e eu vou usá-la aqui, é minha, muito respeito e consideração por todo o nosso passado. Devemos honrar e respeitar sempre quem esteve antes de nós em todos os canais, desse lado, deste lado e em todos os órgãos e pensar agora no futuro e trabalhar o que está por vir.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Serei muito rápido, em primeiro lugar agradecer as explicações dadas pela Srª Presidente e fez-me uma pergunta, em que sítios ou localidades pode acontecer, no que respeita ao gás isso acontecia. Muitos dos assuntos que nós trazemos aqui à assembleia, são os munícipes que vêm ter connosco e nos alertam e essa é a nossa obrigação e é essa a nossa função. No caso do gás foram habitantes de Lobrigos, falando que há casas que distam de 3 a 4m e 10m e que não têm acesso, aliás está ali a nossa deputada Enide, cuja avó não tem acesso ao gás por uma questão de metros penso eu. Relativamente às pavimentações era mesmo isso, acho que todos nós olhamos para os fios da eletricidade e vemos ali um emaranhado de fios e a nível visual se pudermos enterrar os fios e as condutas de água, dando um exemplo, quando se alcatroa a N2 daqui até lá em cima à Zona Oficial, passada uma semana já estava a ser rebentado e continua a ser de duas em duas semanas. Se este processo tivesse sido feito com antecedência, já não era necessário andar sempre a fazer isso, ou seja, a substituir as condutas de água. Nestes casos pode contar connosco, não só para criticar, mas também para sugerir.” -----*

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra a Senhora deputada, Enide Seixas que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras:-----

-----*“No seguimento desta informação e daquilo que já foi pedido pela nossa bancada no anterior mandato, temos neste fórum, em cumprimento do art.24 do regimento cujo espírito da norma se mantêm inalterável no regimento que vamos aprovar aqui hoje, o regimento da Assembleia Municipal, portanto assim sendo gostaríamos que nas próximas informações que enviarem para este órgão, cumprissem como está previsto no art.º 24, a alínea e, f e g do respetivo regimento. Muito obrigado.”* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.2** – Aprovar o projeto de revisão do regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º 1, artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.3** – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um suplente para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (alínea a), n.º 2, artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado, Cesário Canário que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“A mesa da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, através do grupo parlamentar do Partido Socialista e por Medrões Sempre, vem apresentar a sua proposta. Nos termos legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem submeter a esta assembleia a seguinte proposta, eleger como representante efetivo do município nos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o presidente da Junta de freguesia de S. João de Lobrigos, Fernando César Moreira Lopes Borges e como representante suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Sever, José Manuel Amorim Almeida.”*

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 6 votos em branco, a lista constituída pelos Senhores Fernando César Moreira Lopes Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Lobrigos São João Batista e José Manuel Amorim Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Sever, como suplente, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”.** -----

----- **2.4** – Eleição de 2 (dois) membros mais 1 (um) suplente para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (n.º 2, artigo 83.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o deputado, Cesário Canário que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Eleição para representantes desta Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro, nos termos legais e regimentais aplicáveis o grupo municipal do PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem apresentar a seguinte proposta. Eleger a deputada municipal Sílvia Cristina Carvalho Ferreira do Partido Socialista, o deputado municipal Jorge Miguel Ribeiro Teixeira do PPD/PSD e como suplente o deputado municipal Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio do Partido Socialista. A presente proposta visa assegurar a representação institucional do Município na Comunidade Intermunicipal do Douro nos termos estatutários daquela instituição.”* -----

----- Solicitou a palavra o deputado, Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras:

----- *“Só muito rapidamente, agradecia que quando fosse enviada a lista dos representantes eleitos, eu figurasse como pertencente ou ao PPD/PSD ou AD, porque andei lá 4 anos e aparecia na página que eu tinha sido eleito pelo PS.”* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----



----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade, a lista constituída pelos Senhores Deputados Sílvia Cristina Carvalho Pereira e Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, e como suplente Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio.** -----

----- **2.5 – Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um representante das Freguesias (alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto da Lei de Bases da Proteção Civil).** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

-----Solicitou a palavra o senhor Deputado Cesário Canário que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Nos termos legais e regimentais aplicáveis o grupo municipal do PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a seguinte proposta. Designar o deputado Municipal Américo Salgueiro Garcia do grupo de cidadãos Pela Cumieira, para o cargo. A presente proposta visa assegurar a representação institucional do município na Comissão municipal de Proteção Civil, nos termos estatutários daquela Associação.”* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor e 5 votos em branco, designar o Senhor Américo Salgueiro Garcia, Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, de acordo com lista apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”:** -----

----- 2.6 – Designação de dois representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais (alínea b) do n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- “Solicitou a palavra o Senhor deputado, Cesário Canário que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Mais uma proposta esta para nomeação de 2 representantes da Junta de freguesia para a Comissão Municipal de Gestão de Fogos Rurais. Nos termos legais e regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião a seguinte proposta. Nomear os Presidentes de Junta, António Paulo Monteiro Pinto da Conceição e Gil Carlos Lourenço Teixeira.” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor e 5 votos em branco, a lista constituída pelos Senhores Deputados Gil Carlos Lourenço Teixeira, Presidente da União de Freguesias de Louredo e Fornelos e António Paulo Monteiro Pinto Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Fontes. -**

----- 2.7 – Nomeação de um membro da Assembleia Municipal para representação do citado órgão na Comissão Consultiva de acompanhamento do processo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião, para efeitos do artigo 83.º do RJIGT, em articulação com o artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- “Solicitou a palavra o senhor deputado, Cesário Canário que proferiu as seguintes palavras: -----

-----“*Proposta de nomeação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Consolidação do Plano Diretor Municipal, nos termos legais e regimentais aplicáveis. O grupo municipal DO PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a seguinte proposta. Nomear o deputado municipal Manuel Aguiar Rego para o cargo. A presente proposta visa assegurar a representação institucional da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva do PDM.*” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 6 votos em branco, designar o Senhor Deputado Manuel Aguiar Rego, de acordo com lista apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”.** -----

----- **2.8 – Proposta da Aliança Democrática (PPD/PSD-CDS.PP) para Transmissão Online das Sessões da Assembleia Municipal;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra a deputada, Maria Manuel Nogueira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

*----- “A proposta que apresentamos hoje é simples, moderna e justa. Que as Sessões da Assembleia Municipal passem a ser transmitidas online. As nossas reuniões são públicas por lei. Qualquer cidadão pode entrar por aquela porta e assistir. Transmitir online, não altera esse carácter público, apenas facilita o acesso a quem trabalha, a quem vive fora, a quem tem mobilidade reduzida ou simplesmente quer acompanhar os trabalhos da sua autarquia. Quanto ao argumento do RGPD, vou ser muito clara o RGPD, não proíbe a transmissão de reuniões políticas e de órgãos autárquicos. Os elementos municipais, todos nós aqui sentados, estamos no exercício de funções públicas e as várias intervenções podem ser transmitidas sem necessidade de consentimento. O único ponto que exige cuidado é quando o cidadão intervém, mas isso resolve-se com o aviso prévio e consentimento simples. É assim que fazem dezenas de Câmaras e Assembleias Municipais por todo o país, sem qualquer conflito de lei. Entretanto não há impedimentos legais, o que há é uma escolha política, ser transparente ou não ser. Santa Marta de Penaguião tem tudo a ganhar com mais transparência, mais participação e proximidade com os seus munícipes, por isso fica do vosso lado, terem a coragem de aprovar esta proposta. Não há qualquer razão válida para rejeitar aquilo que já é prática comum em todo o país e que só beneficia a democracia local. Muito obrigada.” -----*

*----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Reprovado por maioria, com 17 votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”, uma abstenção do deputado independente pelo movimento de cidadãos “Cumieira Sempre” e 6**

**votos a favor, sendo 5 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS-PP e 1 voto do deputado do CHEGA. -----**

----- A coligação do PPD/PSD-CDS.PP, apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor: -----

----- *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Srs. Deputados da Assembleia Municipal. A coligação Aliança Democrática, defende com firmeza a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal. Esta medida não é opcional, é um dever de transparência, de aproximação aos cidadãos, assegurando que a vida democrática local não passa a portas fechadas, mas ao alcance de todos. É por isso que é profundamente dececionante assistir ao chumbo desta proposta pelo PS. Chumbá-la é optar pela opacidade, pela exclusão dos cidadãos, pelo retrocesso em vez da modernização. Nenhuma lei impede a transmissão das sessões. Diversos municípios em Portugal já o fazem. Os custos técnicos são mínimos o que falta aqui não é ilegalidade, é vontade política. Reprovar está medida é dizer aos munícipes que o seu direito à informação, à fiscalização da autarquia é secundário. Optando pelo silêncio em vez do debate, do isolamento em vez da participação. A AD continuará a defender que a Assembleia seja um órgão transparente, aberto e próximo da população. Assim votamos a favor da proposta, com o profundo repúdio pelo PS que optou por fechar as portas, quando devia abri-las. Afinal de que têm os senhores medo”. -----*

----- **2.9** – Deliberar a proposta da Câmara Municipal sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2026, a aplicar sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Santa



Marta de Penaguião, no ano de 2026, para efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação de Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

-----Solicitou a palavra o Senhor deputado Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Neste ponto fazer só aqui uma atenção. Eu sei que está taxa que já é aplicada por exemplo na fatura da luz, mas é preciso ter em atenção, que esta taxa irá ser aplicada, quem a irá pagar vão ser os consumidores. Na aplicação de uma taxa se a empresa não está a cobrar, pode haver um aumento relativamente a esta taxa”.* -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:-----

-----“  *Senhor deputado, provavelmente o Eng<sup>a</sup> Ricardo poderá dar-lhe os pormenores técnicos devido aos serviços, mas a informação que o executivo municipal tem e que estiveram a confirmar, é que as taxas agora cobradas às empresas, são aquelas que já são cobradas a todos os munícipes e que por sua vez nunca pagaram ao município. Neste caso estamos a pagar 2 vezes. Pagamos todos enquanto município e depois não recebemos enquanto município. Estamos a falar da NOS, MEO, da Vodafone da etc, foi devido ao nosso chefe de Divisão, um serviço belíssimo que fez em procurar o que até então não tínhamos pesado, portanto, e aqui tem efeitos na fatura”.* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2026 (n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alíneas c) e d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado, Luís Catarino que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Devido ao custo de vida e nós estamos a ouvir falar do cabaz e de como a vida está mais cara, já alguma municípios fizeram alterações ou abdicaram até do IMI. Sei que o Município de Santa Marta de Penaguião foi para o nível mais baixo, para os 3%, representa uma receita de 431 mil e 390 euros, que tínhamos de reinventar de uma maneira, com reengenharia financeira, se quiséssemos deixar o valor nos municípios de Santa Marta o respetivo valor do IMI. Não vou estar agora a pedir isso ao Município assim em cima do joelho, mas peço à Senhora Presidente que olhe um bocadinho com carinho para que nos próximos orçamentos, veja se conseguimos deixar os municípios de Santa Marta de Penaguião, o valor do IMI, reinventando onde ir buscar os 431 mil €, porque assim estávamos a deixar diretamente no bolso dos municípios um melhor sentido e qualidade de vida, aumentando um pouco a sua carteira para fazer face às suas dificuldades da vida. Obrigado”.* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.11** – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2026, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1 do artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alíneas c) e d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.12** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2026 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.13** – Deliberar sobre a isenção total das taxas de ocupação de espaço público com esplanadas, mobiliário urbano, equipamentos, suportes publicitários e vendedores ambulantes não sedentários com sede no concelho de Santa Marta de Penaguião e estabelecimentos comerciais com exposição de produtos na via pública



(alínea b), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 109.º da Tabela de Taxas em vigor, com efeitos de 1 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026 - Deliberação de Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2025). -

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Enide Seixas, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Conscientes da necessidade urgente de transformar o município de Santa Marta de Penaguião, num Concelho para as empresas, um concelho competitivo, que passe inequivocamente e isso é claro para nós, por políticas municipais capazes de atrair investimento, empresas sem nunca esquecer o nosso comércio local e os nossos empresários. Assim sendo e percebendo a premissa desta proposta de isenção de tachas de ocupação do espaço público, não obstante e tem sido a isenção uma prática comum e corrente na época COVID, em que vários municípios por este País fora, levaram propostas de isenção às reuniões de Câmara aprovadas quase sempre por unanimidade, porque o espírito era claro e só um, uma situação excecional, em que todo o apoio por mais ínfimo que fosse era relevante. No entanto, e tendo esta fase graças a Deus ter sido ultrapassada, agora a DGAL vem implementar o valor das taxas novamente. Logo, o que me parecia mais profissional e adequado seria começar a cobrar estas taxas de modo gradual e não uma isenção total. No entanto e não colocando isto em causa, e de acordo com esta proposta, surgem-me as seguintes dúvidas que gostaria que fossem esclarecidas nesta casa, antes da votação. Quando falamos em espaço público estamos a abranger o espaço público e o espaço privado municipal. Tendo em conta que o espaço privado municipal deveria ser uma fonte de*

*rendimento para o município, não faz grande sentido se houver uma isenção no que diz respeito ao espaço privado municipal. No âmbito desta proposta a minha dúvida é, deixamos de cobrar a taxa de ocupação do espaço público e a taxa administrativa da mera comunicação prévia, ou apenas estamos aqui a isentar a taxa de ocupação do espaço público, do equipamento, do mobiliário do dispositivo publicitário. Tendo em conta que estamos aqui a falar de acordo com a nova tabela de taxas, de valores, a mera comunicação prévia é de 18€ anuais, portanto nem a 2€ chega por mês. A meu ver a nossa tabela de taxas é muitíssimo bem-feita e é bastante incentivadora do empreendedorismo. Estamos aqui a falar de valores que são talvez os mais baixos da zona Norte do País. No que diz respeito ao aluguer urbano que encontra a sua função nos abrigos, isto é, paragens de autocarros, têm uma função social o que me leva também a duas questões. Existe algum projeto de uniformização de mobiliário público em Santa Marta de Penaguião, em relação às suas características técnicas e se estas cumprem com a lei das acessibilidades de 2006, tendo em conta que uma parte dos abrigos é anterior à data do decreto-lei. Assim sendo, aquando da remodelação, ou seja, aquando da concessão do concurso público que terá de abrir para remodelarem as paragens de autocarros, naturalmente, irá ter também esta isenção de taxas, em que vamos pedir um valor, é claro que vamos, para a concessão ou para o concurso público. Relativamente aos espaços publicitários estamos apenas a isentar, isto também é uma dúvida que me surgiu, portanto nós estamos aqui no que diz respeito à taxa de ocupação destes dispositivos no espaço público ou será de isentar a taxa de licenciamento da publicidade em si, o que surgiu quando vi aqui na tabela de taxas e licenças, uma taxa para a publicidade estática, que é o artº 102 e a minha dúvida é quando é que vamos ter uma taxa para a publicidade digital, tendo em conta que isso*

*é o futuro, está a percorrer o País inteiro e pode ser uma grande fonte de rendimento para o nosso município ou pelo menos poderá começar a ser de forma a termos uma maior receita do nosso espaço público. Depois ainda em relação às taxas, aproveito para questionar se há ou se estamos a pensar se os equipamentos que estiverem em espaço privado mas que têm visibilidade para o espaço público, têm uma isenção no que diz respeito à taxa de licenciamento da publicidade que é o caso de alguns estabelecimentos comerciais que nós vemos por Santa Marta fora e se são desculpem lá do espaço privado mas com visibilidade para o espaço público o que a meu ver nestes casos é uma isenção ou uma redução seria bastante interessante e um verdadeiro apoio ao empreendedorismo.”-----*

----Solicitou a palavra a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:-----

---- *“Não sei se vou conseguir responder a tudo, se terei acompanhado o seu raciocínio, mas vou dizer que estamos a referir-nos ao espaço público só não privado, tão simples como esplanadas basicamente, é isso, nem sequer estamos a referir-nos a outro tipo de ocupação de outro tipo de comércio que não sejam esplanadas porque são estas que estão efetivamente a ocupar espaços. Também lhe quero dizer que a uniformização do mobiliário urbano e das paragens de autocarros estão a ser tratados. No entanto, esse mobiliário urbano não irá ser objeto de taxas porque senão então era complicado. A publicidade, nós demos uma particular atenção. O nosso regulamento está obsoleto, vai ter de ser revisto e as taxas terão também de ser revistas, até porque acabam de causar muito ruído em vários espaços nomeadamente publicidade que está em domínio público ou privado ou com visibilidade pública e será todo taxado e o regulamento será muito mais exigente.” -----*



----- Solicitou a palavra a deputada Enide Seixas que proferiu as seguintes palavras: -

----- *“Portanto senhora Presidente tenho ainda uma questão que diz respeito ao regulamento da publicidade, porque eu vi que vocês em 2003, ou seja, com a entrada do novo regulamento em espaços públicos, temos o de 2003, e vi uma coisa muito interessante que foi feita no município de que vocês já estavam a prever, a Lei do licenciamento zero, mas não têm presente a lei no âmbito da publicidade digital. Portanto, fica aqui uma recomendação que é na alteração do Regulamento do Espaço Público no âmbito da publicidade. Teriam que publicar um anexo para o licenciamento zero na publicidade digital, as respetivas taxas e a atualização e depois como Santa Marta de Penaguião está aqui no centro Vinhateiro a nível turístico eu acho que seria uma mais-valia para nós isso, é aproveitar esse nicho digital, as empresas que procuram cada vez mais a nossa zona e por acaso o Peso da Régua e aproveitarmos também esse espaço público.”* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, os deputados José Afonso Matos Castro Gonçalves e António Paulo Monteiro Pinto Conceição ausentaram-se no momento da votação.** -----

----- **2.14** – Deliberar sobre pagamento às Freguesias de São Miguel de Lobrigos, Lobrigos – São João Baptista, e Sanhoane, dos montantes referentes à transferência de competências prevista no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2025, com efeitos retroativos a novembro de 2025 (alínea j) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.15** – Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril (alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.16** – Deliberar sobre a proposta de criação de mais uma subunidade orgânica, fixando em sete o número máximo de subunidades orgânicas (Secções), de apoio administrativo, coordenadas por coordenadores técnicos, e alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 189, de 29 de setembro de 2022, sendo alterados os artigos 48.º, 56.º e 82.º e aditado o artigo 55-A.º, mantendo-se inalteradas as restantes disposições, para efeitos da alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e da alínea m) do n.º 1 artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na suas atuais redações – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Luís Catarino, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“É uma pergunta simples. Vão criar uma nova subunidade orgânica, tínhamos 6 passamos a 7 pelo que entendi do orçamento, penso que esta subunidade vai no sentido dos stocks, dos combustíveis, viaturas. É para esse tipo de controlo? -----*

----- A Senhora Presidente da Câmara interrompeu a interpelação, para dizer o seguinte: -----

----- *“Nós não temos é, o responsável por...” -----*

----- O Senhor Deputado Luís Catarino continuou fazendo a seguinte questão: -----

----- *“E o responsável existe dentro do quadro da Câmara? Obrigado pela explicação.”- -----*

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 19 votos a favor, sendo 17 votos do Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”, 1 voto do deputado do CHEGA e 1 voto do deputado independente pelo movimento de cidadãos “Cumieira Sempre” e 5 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS-PP. -----**

----- **2.17** – Deliberar sobre repartição de encargos relativos à pavimentação de arruamentos em vários locais do Concelho para efeitos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.18** – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2026 (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025);

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado, Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“A bancada da AD analisou o orçamento municipal para 2026 e o Plano Plurianual de Investimentos com sentido de responsabilidade mas também com clareza e aquilo que encontramos é infelizmente um orçamento de continuidade, um orçamento copiado do dos anos anteriores, com uma ligeira maquilhagem mas, sem visão, sem a visão estratégica e sem rasgo político. Este documento não trás nada de novo. Repete opções, adia soluções e mantém o Concelho preso a uma gestão corrente, sem enfrentar os problemas estruturais que há anos condicionam o seu desenvolvimento. Desde logo a estrutura da despesa levanta sérias preocupações. A despesa com pessoal ascende a 4,5 milhões de euros, representando cerca de 50% das despesas correntes do município e isto significa que na prática metade do orçamento corrente está comprometido à partida, hipotecando a capacidade de investimento do município e reduzindo drasticamente a sua margem de manobra*

*financeira. Também o valor de 400 mil euros na despesa de outros trabalhos especializados, merece a nossa atenção uma vez que é aqui que se enquadram aquelas avenças e prestações de serviços de que tanto se fala aqui e muitas vezes tão pouco acrescentam ao Município. Só de juros e encargos com a dívida pública temos 80 mil euros a pagar em 2026. Do lado da receita o cenário é totalmente revelador da fragilidade deste orçamento. O município continua excessivamente dependente das transferências do orçamento de Estado e de alguns Fundos Comunitários. As receitas próprias resume-se a algumas rendas de equipamentos sociais designados por piscinas, taxas, coimas, multas e pouco mais. Não há aqui uma estratégia clara de esforço da autonomia financeira do município e uma visão para gerar riqueza própria. Na aquisição de bens de capital, importa fazer aqui alguns esclarecimentos políticos. Destaca-se a área da habitação no âmbito da Estratégia Local de habitação com a referência aos 21 fogos, mas convém no entanto lembrar que este investimento só será possível graças ao financiamento assegurado pelo governo do PPD/PSD-CDS/PP. Se dependesse exclusivamente da ação e capacidade deste executivo, esse financiamento há muito que tinha sido perdido. Os edifícios e o USF de Santa Marta de Penaguião, uma necessidade conhecida ainda que tardia. Quanto às infraestruturas que encontramos é essencialmente o empréstimo para pavimentações, mais uma vez aqui sem visão integrada na estratégia do território. Mas a dimensão económica que este orçamento revela de forma mais clara as suas fragilidades públicas. Quando analisamos o Plano Plurianual de Investimentos verificamos que 73% do investimento é afeto a funções sociais, enquanto apenas 20% é destinado a funções de económicas. No Plano de Atividades Municipal, o desequilíbrio é ainda bem mais evidente, 60% para as funções sociais e*




10% para as funções económicas. Isto não é um acaso. Isto é uma opção política consciente que revela uma visão redutora do papel do município no desenvolvimento económico. A bancada da AD quer ser clara. As funções sociais são essenciais, extremamente importantes, mas as funções económicas são estruturantes, são essas que criam emprego, que atraem investimento, geram receita municipal, aumentam o rendimento das famílias e permitem o médio longo prazo, sustentam políticas sociais sólidas. Perante um Concelho marcado pela perda continuada de população, pelo envelhecimento demográfico e por sermos um dos Concelhos com um PIB per capita mais baixos. Este orçamento falha de forma clamorosa. Não encontramos ou poucas encontramos, medidas estruturantes concretas. Apoios à natalidade, fixação de emprego, fixação de jovens e famílias, apoio ao empreendedorismo, atração de investimento privado, promoção das energias renováveis e eficiência energética, vá lá que aqui existe uma dotação orçamental de 300 euros. E agora o Douro e sobre a viticultura, vemos alguma coisa. Não. O Douro é a viticultura só interessam para aparecer nas capas dos jornais e nalguns vídeos de vez em quando. Aquilo que deveria constar de um orçamento é que quisesse verdadeiramente criar riqueza e futuro é bem conhecido. Falta é apenas vontade política. Os incentivos fiscais para jovens famílias e empresas que se fixem aqui no Concelho, programa municipal de apoio ao 1.º emprego para jovens qualificados. Apoios concretos ao empreendedorismo e microempresas com incentivos financeiros e taxas municipais, uma estratégia clara de valorização económica do território começando no turismo, no enoturismo e nos produtos endógenos, de forma estruturada e não apenas pontual. Investimento sério nas energias renováveis para o município e oportunidades económicas locais, criação de espaços de acolhimento empresarial capazes de atrair

*modelos e novos modelos de trabalho fixando a população ativa. Nada disso aparece neste orçamento. O que aparece é a manutenção do status quo, a gestão do dia-a-dia, a resignação de um Concelho cada vez mais dependente das transferências do Estado. Aparecem também referências com dotação irrisória nos Planos de Atividades, inscrições essas que já vêm do 1º mandato do executivo anterior, do longínquo ano de 2013. Quem não se lembra de falarmos aqui dos pontos de água do Marão. Pois bem. Eles cá aparecem no orçamento, desta vez com uma dotação de 5.000€. Mas já apareciam há bastantes mais anos e continuam ao abandono. Poderia falar aqui de inúmeros casos como o Fórum, a Biblioteca, os Polivalentes, a Estação de Alvações, a Praça do Município, etc, mas basta irem ver também a ata da assembleia do ano passado, onde os casos que agora referi, continuam atuais. Assim também pouco têm custado. Relativamente à componente jurídica surgem referências genéricas de processos em curso em tribunal. No entanto não encontramos qualquer menção clara relacionada com os processos do Espírito Santo e Origem D'Ouro. Recordamos que nesta assembleia, no mandato anterior, foi dito que tinham tido grandes sucessos. Quando questionamos o que tinha sido efetivo ganho, foi-nos dito que no caso do Espírito Santo se tratou apenas de ganhar uma providência cautelar. Importa esclarecer que após uma providência cautelar, é obrigatória a propositura de uma ação principal dentro do prazo legal. Neste orçamento e nestes Planos não vemos qualquer referência a essa ação principal. As perguntas impõem-se. O prazo foi deixado passar? O Executivo foi mal aconselhado ou afinal não houve acompanhamento eficaz dos processos ou outra situação qualquer. E perante isto é legítimo questionar, no caso de ter sido mal acompanhado, questionar as avenças e daquelas prestações de serviços de avultados montantes, e depois poderão não fazer*

*um trabalho como ele deve ser feito. Este orçamento traz-nos uma ou duas novidades relativamente ao anterior. Muito pouco para quem tanto anunciou. E já agora em campanha ouvimos promessas de novas variantes, novos polivalentes, requalificações, construções, projetos magníficos e incríveis. Alguém me pode dizer onde posso encontrar essas mesmas promessas neste orçamento? Sr.ª Presidente, Srs vereadores, caros deputados este orçamento não prepara o futuro, não enfrenta os problemas estruturais do Concelho e não responde aos desafios económicos e demográficos que temos pela frente. É um orçamento sem ambição, sem estratégia e sem coragem política. Por todas estas razões, a bancada da AD, votará contra o orçamento municipal para 2026 e as grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimento. Muito obrigado”. -----*

-----Solicitou a palavra o senhor deputado, Luís Catarino que proferiu as seguintes palavras: -----

-----“Vou tentar ser sucinto e rápido. Olhando para o orçamento verificamos e continuamos a ver o sentido da parte social, da habitação, o apoio às associações, mas eu não vejo ou não consigo ver aqui, um sentido estrutural de desenvolvimento para o fazer. Já falamos aqui da viticultura, mas não se esqueçam que temos a Serra. Todos são Penaguião. Também pode haver outro tipo de investimentos ao nível da serra. De outro tipo, do castanheiro ou outra qualquer modalidade. O que eu não vejo é no sentido de vamos criar condições para as pessoas desenvolverem, estruturar, ganhar o seu próprio dinheiro e terem rendimentos. Estamos a ficar um bocado subsídio dependentes. É preciso um telhadozinho, mete-se um telhadozinho, precisa-se de dar apoio aquela família, dá-se o apoio aquela família. As famílias também não querem isso, querem o apoio é lógico porque precisam dele, mas se conseguissem



*desenvolver as suas atividades de modo a criarem a sua própria riqueza, não estavam à espera disso. É esse sentido estrutural, Senhora Presidente, irá estar aqui 4 anos e com todo o apoio, com toda a frontalidade para tenter ver onde se podemos melhorar. Dou como exemplo um Concelho pequeno, Sabrosa, se chegar a Sabrosa vê uma zona industrial completamente desenvolvida. Tudo o que era tascas ou tasquinhas a Presidente da Câmara de Sabrosa acabou com aquilo e deu um incentivo. Conseguiu fixar lá 53 empresas. A mesma Presidente quando viu que não conseguia fazer frente no aspeto agrícola, que estava tudo a ficar sem desenvolver ou sem estar a produzir, não sei com que programa o consegui, mas foi a Câmara que apoiou os agricultores de Sabrosa. Pela dificuldade que passava a adega, foi a Câmara que deu a mão, não a dar dinheiro, mas no sentido do desenvolvimento do concelho. Quem trabalhava e produzia a terra tinha um valor. A minha ideia é realmente criarmos um sentido estrutural que leve a mais ao desenvolvimento da produção e não a necessidade de receber. Queremos as pessoas de Santa Marta de Penaguião, capazes de produzir e capazes de fazer frente em prol do desenvolvimento do Concelho.” -----*

-----Solicitou a palavra o Senhor Deputado, Cesário Canário que proferiu as seguintes palavras:-----

-----“Senhor deputado, líder da bancada da AD de facto ouvi a sua intervenção e ouvi-a com todo o respeito, que é assim que deve ser na política e na nossa vida, podemos às vezes discordar mas temos de respeitar e de facto, o quadro foi tão negro, tão negro que me perguntei o que é que eu tinha visto, o que é que eu tinha lido de facto, não é essa a minha visão. No entanto respeito a sua visão assim como respeito a do Luís Catarino. Portanto cabe-me a mim como líder do grupo parlamentar do PS e Por Medrões Sempre, dizer de forma clara e sem qualquer tipo de rodeio, é o que me vai



*na alma, é aquilo que eu analisei, portanto é isto que vou transmitir. Cabe-me a mim apresentar a esta assembleia o documento que não é mais que uma ferramenta, talvez a ferramenta mais determinante para o futuro do nosso Concelho nos próximos 4 anos. Caros deputados, sem este orçamento, sem esta ferramenta, com a viabilidade que lhe iremos dar certamente, naturalmente que estávamos todos a contribuir para o retrocesso e aí, aí sim não há dúvidas que o município parava porque não tinha a ferramenta. Muito bem, estimados deputados, isto não é apenas um mero exercício contabilístico de equilíbrio entre receita e despesa, este orçamento é uma declaração de intenções e um compromisso de confiança com os nossos munícipes. Foi assim que dissemos em campanha eleitoral e é assim que queremos cumprir naturalmente. Sr.ª. Presidente, é este compromisso que V.Ex.ª. e a sua equipa disse forma clara e inequívoca aos penaguienses, que a trouxeram até aqui. E, portanto, para que isto não tinha qualquer tipo de dúvidas, o partido Socialista não enganou ninguém. Disse claramente ao que vinha e o que tinha de fazer e o que tinha para oferecer. Estimados deputados, a apresentação de um orçamento municipal segue naturalmente as regras do regime das autarquias locais, outra coisa não seria de esperar. Na sua estrutura deve incluir mapas e receitas e despesas. O relatório será o documento explicativo que justifica as opções políticas e financeiras, As Grandes Opções do Plano designadas por GOP, incluem no Plano Plurianual de Investimento designado por PPI e as características mais relevantes da gestão. As normas de execução orçamental, são um conjunto de regras que orientará a gestão do dinheiro público. O mapa de pessoal que será nem mais nem menos a testagem das necessidades de recursos humanos e que porventura venham a ser necessários. Estimados deputados, trata-se de um orçamento de responsabilidade e de um enorme*

*rigor. No contexto económico ainda marcado pelas vicissitudes da vida, este orçamento assenta no rigor da gestão dos dinheiros públicos, mantendo os compromissos com a sustentabilidade financeira, garantindo que cada euro investido gera, valor real para a nossa comunidade, sem hipotecar o futuro das próximas gerações. Senhores deputados, mas neste documento, o mais importante e o mais relevante dele próprio assenta no seguinte, é que diz claramente a todos os penaguenses onde é que isto vai ser gasto, não há dúvidas absolutamente nenhuma. Não há nenhum munícipe que fique com dúvidas. De facto, tem o seu valor e diz onde o vai gastar. De facto, mais clareza, mais transparência que isso não vejo. Vamos então agora ao pormenor, saber o que faz parte e como é que isto foi construído. Vamos então à Ação Social Saúde e Bem-estar. Senhores deputados, é um compromisso eleitoral que está escrito, o apoio social e a proximidade. Reforçar o apoio domiciliário aos idosos, implementar a oficina móvel de apoio, reforçar as parcerias com as IPSS's, projeto Santa Marta Amiga do Sénior, renovação do Centro de Saúde. Senhor deputado, como sabe, é uma obra financiada, garantida em fase de arranque. Incentivo à fixação de médicos e enfermeiros. Gabinete municipal de apoio à vítima. Senhores deputados, neste particular parece-me que não temos qualquer dúvida, mas vamos à habitação. Na habitação propõe também o executivo criar lotes destinados à habitação com projetos previamente aprovados, adquirir e reabilitar habitações devolutas nas freguesias, transformando-as com rendas apoiadas de modo a rentabilizar o território, isentar totalmente as taxas municipais de urbanismo, responder aos pedidos de habitação social. Eu pergunto que mais se poderia fazer com este orçamento no que concerne à habitação Depois Senhor deputado falou na requalificação e modernização de todo o edifício municipal. O*

senhor deputado puxou a fita atrás e foi a 2013, vou dar-lhe um conselho, aceite-o se quiser. Já passou. Neste momento o Município de Santa Marta de Penaguião, tem uma nova cara, tem uma nova líder, tem uma nova equipa e, portanto, é exatamente por aquilo que este executivo vai fazer, que depois vai ser avaliado, sim ou não daqui a 4 anos. Mas vamos à requalificação. Também é um compromisso eleitoral, está escrito. Fórum de Atividades e Auditório Municipal, Câmara Municipal, antigo edifício dos Paços do Concelho, Espírito Santo que aqui falou, com financiamento garantido como sabe e também temos aqui a nova Biblioteca Municipal. Neste particular, no que diz respeito à requalificação dos edifícios municipais, acho que também estamos esclarecidos. Depois vamos ao desenvolvimento económico. Também é um compromisso eleitoral, portanto o executivo vai privilegiar o apoio ao comércio e ao tecido empresarial, apoio a novos investidores. Na agricultura, a alma do Concelho, criar um balcão de apoio numa parceria com o IVDP e a CCDRN, para apoiar a agricultura nas questões do parcelário, cadastro de vinhas, alterações de titularidade e acesso a apoios financeiros. Apoiar a primeira produção de colheita, criar uma plataforma de emprego agrícola, organizar o fórum anual de agricultura. Neste particular julgo que também estamos devidamente esclarecidos. Depois vamos à educação, à cultura, turismo e desporto. No turismo, diz o compromisso do executivo, criar uma rede de visitação cultural e turística, vigiando o eixo do turismo à casa do cantoneiro, continuar a valorizar os trilhos pedestres. Criar e requalificar as zonas ribeirinhas e praias fluviais para que sejam zonas seguras, acessíveis e atrativas. Entre outras continuar a promover o enoturismo, valorizar os miradouros, que é uma medida do meu ponto de vista importantíssima. Na cultura tem aqui um compromisso que para mim é da maior importância, que é continuar com o trabalho de inovação da

*Semana Cultural, evento regional e para atingir cada vez mais notoriedade e com isso projetar o Concelho. Também na educação, turismo e desporto, temos no desporto também um compromisso do executivo é requalificar integralmente de forma gradual o estádio municipal, nomeadamente com a colocação de relvado sintético. Ora bem, aqui chegados, chegamos à seguinte conclusão. Este de facto é um compromisso eleitoral, em que nós ouvimos a Senhora Presidente reconfirmá-lo quando disse “isto é para cumprir” e desafio todos os penaguienses a estarem atentos. À medida que se forem concretizando, se não estou em erro, utilizar o pisco para no final fazermos as contas. Que leitura é que eu faço. Senhora Presidente. Eu não posso ser um munícipe e ao mesmo tempo um membro da assembleia, mais feliz do que estou hoje e digo isto não é para compor raminho nenhum. Eu acredito que isto vai mesmo acontecer, que isto é mesmo para cumprir, porque é um compromisso que assumiu em campanha eleitoral. Tenho pena que de fato, mas com respeito, que outros colegas não tenham a mesma visão. É natural, mas queria aqui apenas dizer o seguinte, senhor deputado, eu já sabia que a vossa orientação era essa e já lhe vou dizer porque sabia. Eu também gosto de fazer os trabalhos de casa e uma das coisas que eu vi, foi a posição dos seus vereadores na última reunião de câmara. Sabe qual foi, sabe qual foi o argumento? Eu vou-lhe dizer. É preciso que toda a gente saiba disto. Os vereadores da oposição votaram contra e a explicação que deram foi tão simples quanto isto. Os papéis foram entregues fora de tempo. Ou seja, vejam só a leviandade. Como é que se toma uma posição sobre uma ferramenta tão séria e tão importante para os destinos do nosso Concelho. Portanto era espectável evidentemente a abstenção, que de facto a bancada do PPD e CDS, votassem contra. Senhora Presidente vou terminar e não podia deixar de fazer aqui uma citação do Papa*

*Francisco. O Papa Francisco dizia, esteja atenta muito atenta a esta citação que é para eles não se rirem. Dizia ele que os rios não bebem a sua própria água, as árvores não comem os seus próprios frutos, o sol não brilha para si mesmo e as flores não espalham a sua fragância agradável para si. Viver para os outros é uma regra da natureza Senhora Presidente. A vida é sua quando você está feliz, Srª Presidente, mas a vida é muito melhor quando os outros e, esses outros são os penaguienses que vão dizer que estão felizes por sua causa, pelo seu trabalho, pelo seu empenho, pela sua disponibilidade. Desejo-lhe muita saúde, um bom ano para si e para todos os que estão aqui presentes nesta sala e que o ano de 2026 nos traga coisas boas que é aquilo que nos precisamos.” -----*

*-----Solicitou a palavra o deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras:”-*

*----- “Ouvi com muita atenção as palavras do senhor deputado, mas nós quando analisamos um documento, o documento tem letras e números, eu pessoalmente prefiro as letras, é a minha área, mas os documentos têm números também. Eu falei no Centro de Saúde, é uma obra precisa, mas também falei o que interessa num orçamento e o que interessa é programar com rigor aquilo que vamos fazer ao longo do ano. Falou em terrenos para habitação, terrenos para empresas, sabe quanto está lá nessa rubrica, ou 500 ou 1000€, e acha que com esses valores consegue fazer alguma coisa? Não. O grande problema é colocar esses números sem qualquer rigor daquilo que se quer fazer. Quer falar no Plano de Atividades, está lá uma rubrica de mil e qualquer coisa euros para a remodelação. Ou seja, se não há planeamento, aquilo que eu deduzo, é que se só tem essa rubrica, a obra não vai ser feita. Vai ser feita com as desculpas que já ouvimos aqui anteriormente, se houver oportunidade, se houver financiamento, se, o costume, e depois também gostava de o ouvir dizer*

*aqui uma proposta para incentivo à natalidade, uma proposta para a fixação de população, uma proposta de incentivo ao empreendedorismo, uma proposta de criação de emprego. Isso é que eu gostava de o ouvir falar. Agora vem aqui fazer um exercício muito grande, olhe por exemplo a habitação exatamente aquilo que eu falei, graças ao PPR, certo ou errado? Porque financiamento próprio do município, nós não podemos acreditar que vão ser feitas com rubricas de 500 ou 1000€, é sinal que não é uma prioridade do município. Nós quando analisamos letras também analisamos números e vice-versa. Muito Obrigado". -----*

*-----Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*-----"Como disse e muito bem, a responsabilidade política deste orçamento é exclusivamente deste executivo. Depois a responsabilidade técnica, estamos a falar de leis, regras previsionais, sustentabilidade financeira, cabem aos serviços da Divisão. Queria que prestasse atenção àquilo que vou tentar transmitir, que é para ver se de uma vez por todas nós aprendemos em conjunto, porque eu também tive de aprender muita coisa ao ler este documento. Garantir o chão firme é muito importante antes de começar a acelerar, e é por isso que os eleitos fazem um documento que é uma orientação política. Este não é um plano do mandato de 4 anos certo, é o primeiro orçamento de um novo ciclo, elaborado num tempo curto, com fortes constrangimentos legais, porque disse as duas coisas ao mesmo tempo e bem, senhor deputado, disse que nós não tínhamos dinheiro para fazer todas essas coisas e depois disse que as deveríamos fazer. É por nós não termos dinheiro e termos de esperar pelas candidaturas que já estão feitas, esperar pelas respostas e neste caso o constrangimento legal é a apreciação da OP5 da ITI. Portanto, constrangimentos*



legais e financeiros. Portanto, tomamos posse a 25 de Outubro, tínhamos um quadro orçamental que estava em curso como é óbvio, íamos trabalhar com candidaturas já submetidas, algumas com decisão outras sem decisão, o financiamento do PPR do Norte 20/30 não calendarizado, um orçamento próprio como sabem limitado à nossa estrutura pequena, regras legais que nos impedem de inscrever receitas não garantidas, porque se pudéssemos inscrever tudo aquilo que não está aprovado, agora teríamos as rubricas todas em vez de com 500 €, com os valores certos das obras. Nós estamos aqui a debater um orçamento daquilo que ainda não tem financiamento assegurado. O que está aqui definido no papel é um ato de seriedade, não é falta de ambição. A nossa visão estratégica constrói-se em coerência com a capacidade financeira real. Este documento cria a base sólida para que está visão se concretize ao longo do mandato. Há uma continuidade claro que sim, porque eu acho que tenho propriedade para dizer isto aqui, nunca foi favorável às mudanças dos líderes, às vezes nem tem que obrigatoriamente ser de cores partidárias diferentes, a mudança de líderes é o que está para trás, nunca foi sequer defendido. Portanto há continuidade sim senhor, onde ela é necessária em especial no planeamento, nos serviços e na estabilidade. Também há mudança onde ela é possível e responsável. A rutura irresponsável nunca vai servir este Concelho. Há coisas que só o tempo é o trabalho disse muito bem, há coisas que só o tempo é o trabalho esclarecerão. Nós não inscrevemos aquilo que não está financiado por uma questão de seriedade mesmo. O orçamento é um ponto obrigatório, não é um ponto de chegada porque governar não é pelas intenções, podemos pôr aqui todas as intenções daquilo que queremos fazer durante o ano indiscriminadamente, mas depois, tínhamos de preencher essas rubricas e depois tecnicamente, tem a sua técnica, desculpe-me pela

*redundância. Sem isso não podemos chegar aqui e fazer isto, isto e isto, porque depois vão ficar tudo a 100€, a 50€. Estava orçamentada, mas estava lá com valores que nós, financeiramente em termos de receita como é óbvio, não conseguimos cobrir, porque não temos orçamento para tal. Não é só a Câmara de Santa Marta que trabalha com 20/30 e os Quadros de Financiamento, são todas as Câmaras, principalmente as pequenas do País. Eu acho e acredito que a credibilidade política se constrói com muita prudência no papel e muito trabalho no terreno e aí também Senhor Cesário acho que está certo. Este Plano e Orçamento para 2026 é um primeiro documento financeiro do nosso executivo e está elaborado num contexto exigente com fortes constrangimentos. Ainda não é o documento que contém toda a nossa visão política, como deve imaginar porque não queremos apresentar um orçamento fictício, com receitas incertas e promessas sem suporte financeiro. Optamos por um orçamento prudente equilibrado e que cumpra integralmente a lei, que respeita as regras previsionais e garanta a estabilidade financeira do município. Não fecha portas muito pelo contrário, este orçamento mantém o município preparado para integrar ao longo deste ano, os financiamentos que vierem a ser aprovados através das revisões orçamentais legalmente previstas. É um período dinâmico, estão lá vertidas as rubricas onde podemos encaixar tudo aquilo de que estamos à espera e portanto, sim é dinâmico. É assim, à medida que as receitas forem chegando que iremos colocar nas dotações aquilo que precisamos. Mais importante ainda, este Plano e Orçamento é sobre o funcionamento do município, protege os nossos serviços públicos, garante o investimento equilibrado para o desenvolvimento do restante mandato, porque a partir daqui nascerá a nossa ambição política, o nosso objetivo político, se assim o quiserem. Nós fizemos rubricas de 500€ senhor deputado e nós percebemos ao longo*

dos anos, que isso causa muita confusão, mas em vez de ver o valor, leia, porque temos muitas rubricas que albergam todas as nossas intenções e o alargamento do futuro. Assim percebe porque estão lá 500€ porque isto permitirá ter a rubrica aberta, mas isto, já lhe foi dito milhões de vezes. Agora deixe-me dizer-lhe uma coisa relativamente ao Fórum, há projeto, há planeamento e até já há resposta da candidatura que é financiada, ainda falta a OPC ou seja ainda não nos foi dada a resposta por escrito. O que está lá não é o que vamos gastar com o Fórum, o valor está na nossa ITI que também é pública. O Espírito Santo, em relação à questão jurídica está resolvida, por isso é que também temos o lote 1. O lote 1 também está na ITI e também está aprovado o projeto para as 2 fases. Aquela mistura de albergue com apoio do parque. Portanto aquelas quezílias jurídicas estão resolvidas, senão não poderíamos avançar com a candidatura. No Origem D'Ouro a única coisa que temos pendente é com a simplexBuild, a empresa que esteve aqui, em relação a pormenores de despesas que terão tido aqui, enquanto se tomou a decisão de parar ou não parar, dos próprios painéis de limitação e outras questões que está já neste momento no ministério público nas mãos de advogados para chegarmos a um acordo até porque nós não podemos estar de costas voltadas com nenhuma empresa de construção. A USF tenho que dizer, começou com 600 mil€ e chegou a 1 milhão e trezentos mil, porque a maior parte dos municípios à nossa volta desistiu do projeto e da candidatura e desistiram porquê, porque não encontraram um projetista que fosse ao encontro das necessidades e que tivesse aquilo que o projetista que nós contratamos fizemos que foi uma medição á fita, não existe uma base real daquilo que o nosso Centro de Saúde efetivamente tem e foi preciso ser feita uma medição à fita, um trabalho de levantamento exaustivo. Por conhecimento e partidarismos à parte, foi-nos informado

que muitos municípios haviam desistido e, portanto, havia um reforço e nós conseguimos o tal reforço e chegamos ao milhão e trezentos mil. Dizer-lhes que infelizmente, com muita pena minha, o concurso foi aberto e na semana passada, se não me engano foi o encerramento das propostas, só tivemos uma empresa que por sua vez falhava com dois documentos, que segundo a jurista que está a trabalhar connosco, não iria passar no Tribunal de Contas. O que é que estamos a fazer, estamos a trabalhar contra o tempo, a ver se ainda podemos abrir no mês de janeiro. Porquê? Para saberem, este é daqueles projetos financiados a 100%, que se por acaso não cumprir as datas de 31 de julho, reverte a despesa na íntegra para o município. Portanto, tem de ser um concurso pensado com muita responsabilidade digamos assim, nomeadamente incluímos nas cláusulas do contrato ao empreiteiro, a responsabilidade de ele assumir ou não a sua realização até aquela data, porque, como devem compreender, assumir um milhão e trezentos mil euros de dívida para o município não era viável. Se alguém pegar ótimo, se não pegar infelizmente não conseguiremos levar a cabo para já esta obra. No entanto também convém dizer que trabalhamos por antecipação e como a Câmara tem de garantir a transferência dos serviços do Centro de Saúde para um lugar onde continuem a funcionar, nós também já falamos com uma empresa que nos foi indicada pelos colegas de Montalegre, que faz os contentores para onde irão passar todos os serviços, que está só pendente de uma resposta nossa, para começarem a construir os contentores que albergarão o Centro de Saúde e que ficarão totalmente a expensas do município, e só aí são 200 mil€, portanto não há ninguém mais do que nós que queira levar essa obra adiante, mas infelizmente pronto, também não é uma obra fácil de ser feita em 7 ou 8 meses. O coworking é um compromisso eleitoral e também está na nossa ITI, são 40 mil€, e



*em princípio será para reformular um espaço que já existe em Santa Marta. Concordo com a questão da Serra, Senhor Engenheiro, e está o pontapé de partida dado e o grande pontapé é a estrada do Marão que foi muito criticada, algumas pessoas desvalorizaram, mas ontem, tivemos este comentário que foi na semana passada, os nossos filhos querem ir á neve, mas quem não tem uma 4x4, vê de baixo. Com aquela estradinha vai ser excelente porque já podemos levar a canalha à neve. Estou certa de que naturalmente depois de termos uma estrada de acesso, irão acontecer coisas muito boas e nós cá estaremos para dar às pessoas, todas as facilidades e as mais-valias que precisarem para investir na nossa Serra do Marão que nos é tão querida como sabem. Só que aqui muito por alto, mas confesso, eu sou da vossa opinião, eu não trabalhei neste documento, trabalhei no outro que o Senhor Eng.º faz porque eu sou meia míope e estas letrinhas aqui não são nada fáceis, e eu há aqui coisa que não consigo ler. Mas estão aqui vertidas as obras das freguesias, nós fazemos o planeamento e fizemos o quê. Nós achamos que 2026 era o ano para analisar levantamentos topográficos, estudos e projetos e isso está aqui. Nossos, Câmara Municipal e das freguesias e está aqui uma rubrica dedicada a isso. Não vamos fazer nada no ar. Vamos fazer levantamentos, estudos, o que é que há, o que é que não há, fazer projetos até porque com os 20/30 que vêm aí, quando os projetos estiverem feitos temos mais possibilidade de conseguir fazê-los. Está aqui uma rubrica inscrita que não especifica, não está é Cumieira X, Lobrigos Y, mas estão aqui. O pontapé de saída em chão está a começar e depois o trabalho no-lo dirá. E agora também é justo que eu diga uma coisa, como prova de boa-fé e depois cada um tem a atitude que quiser, como eu costumo dizer as atitudes estão lá com quem as toma. Os nossos colegas vereadores da oposição receberam efetivamente a documentação em cima*

do joelho. Nós estivemos aqui até às 2,30 da manhã. Todo o executivo e Chefe de Divisão, mas não foi possível fazer diferente. Têm sido uns tempos um bocadinho conturbados e, portanto, eles tiveram direito de opção e não cumprimos. Mas também disseram que não iam fazer queixa, foram simpáticos e nós fizemos por escrito que assumíamos com responsabilidade e sentido institucional para futuros prazos que tenhamos de cumprir. Como não temos efetivamente nada a esconder, esta casa é nossa, mas é nossa de todos e nós governamo-la com muito carinho porque nos confiaram e queremos fazer o melhor serviço possível, iremos pôr sempre o pé em chão firme porque curiosamente, vou cometer uma inconfidência. Curiosamente o senhor deputado falou aqui muito aqui em avenças, em avenças, mas já tivemos 3 ou 4 visitas por causa das avenças, é verdade que devíamos estar menos presos às avenças, mas a razão é muito simples, ou então façam o sacrifício de ouvir a minha intervenção. Sei que não gostam muito de mim, mas façam o sacrifício de ouvir a minha intervenção na Associação Nacional de Município Portugueses. É que nós temos as mesmas obrigações legais que Porto ou Lisboa, temos que cumprir com tudo. Temos de ter técnicos para tudo. E depois não temos capacidade financeira para empregar essas pessoas, e quando vamos lá fora buscar essas pessoas e fazemos um bom serviço, também somos criticados. É um bocadinho, é o que é. Portanto fazemos algumas avenças sim, aquelas que consideramos necessárias. Vamos abrir concursos sim, aqueles que achamos necessários. Temos consciência que às vezes pesa um bocadinho o pessoal, não é que o pessoal pese, o que falta é o resto do dinheiro para que ele não pese. Teríamos de ter um Orçamento muito maior para podermos ter um corpo ativo de funcionários e técnicos, neste caso técnicos bons, porque depois quem está a ganhar bem noutros sítios não vem para uma Câmara

*Municipal ganhar menos. O nosso Plano não está perfeito nem para nós, mas está real, está sério, está firme e não tenham dúvidas que está no ponto de partida correto e exato para aquilo e exato para aquilo que queremos fazer nestes 4 anos.” -----*

----- “Solicitou a palavra o deputado, Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras:

----- “*Senhora Presidente, vou dar-lhe um exemplo, isto que me disse há pouco relativo ao Fórum, que tem a candidatura aprovada, mas nós não temos acesso a isso. Analisamos os documentos sem isso, só se alguém tiver informação privilegiada e saiba por portas travessas, que o financiamento já foi aprovado ou que a bancada tenha mais informação que eu. A informação que foi possível ter, vai no sentido dos Orçamentos anteriores. Mas em relação ao Espírito Santo, alguém teve de pagar alguma coisa, ou ninguém pagou a ninguém, eu gostava de saber isso. Relativamente ao Espírito Santo, normalmente se houver um processo em Tribunal, eu quero ser ressarcido, quero uma indemnização, ou a empresa do outro lado quer uma indemnização e o município quer uma indemnização pela quebra de contrato, a não ser que tenham feito um acordo. Era isso que eu gostava de ver esclarecido e depois dizer que os Orçamentos, nós temos de os analisar com números, com letras e politicamente e não se enquadra na visão que nós temos para o Concelho e daí a nossa tomada de posição de votar contra, precisamente por causas dos motivos que enunciei. As funções económicas, ficam a anos-luz das funções sociais. As funções sociais são importantíssimas, mas as económicas, são essas que sustentam as funções sociais, são mais importantes. E uma última palavra, obrigada Senhora Presidente, pelas explicações que deu, pela forma cordial como esta discussão também aconteceu, eu acho que elevamos o nível ao agir desta forma.” -----*

----- “Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

-----“*Peço desculpa se não fui clara, existem dois procedimentos diferentes. Um era a providência cautelar que nos impedia de passar qualquer procedimento ou candidatura com base nisso. Paralelamente existe outro processo, não temos nenhuma novidade, estamos á espera mas espero eu, que seja ao contrário, que sejam eles que tenham de nos indemnizar a nós por todo o dano que nos causaram.*”-

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 18 votos a favor, sendo 17 votos do Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre” e 1 voto do deputado independente pelo movimento de cidadãos “Cumieira Sempre”, e 6 votos contra, sendo 5 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS-PP e 1 voto do deputado do CHEGA.** -----

----- **2.19** – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos para 2026 (alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----


----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----



----- “Perguntar também sobre o mapa de pessoal é o que está em vigor, mas relativamente ao recrutamento, são as possibilidades que o município tem de contratar e ocupar vagas que por lei lhe são possíveis. Se daquelas vagas todas, se há algumas prioritárias, se há alguma mais urgente, se as vão ocupar todas, pois em também vi no Orçamento que está prevista uma verba de 100mil€ de atribuição para novos funcionários. Ou seja, temos uma despesa de 4,5 milhões que pode passar para 4,6 milhões, e nós temos de ter muito cuidado, isto não é, a minha bancada, a bancada da AD não tem problema nenhum em contratar pessoas para a função pública, aquilo que nós temos de fazer é racionalizar os recursos que nós temos á disposição e efetivamente contratar para aquilo que nós precisamos. Se nós na Câmara Municipal, já temos 2 juristas e o volume de trabalho deles é o normal, não vamos contratar um 3º só porque a lei nos permite que o contratemos. Isto é gerir bem os recursos de uma autarquia. É isso que se pede, seriedade e responsabilidade e muitas vezes aquilo que acontece e vai acontecendo no nosso município é que isso não é acautelado, contratamos por contratar. Devemos contratar com critério e com cautela” -----

----- “Solicitou a palavra o deputado Luís Catarino, que proferiu as seguintes palavras:-

----- “Olhando para a proposta que o executivo apresenta sobre o mapa de pessoal e olhando para os números, é um vício, mas olhando para os números, o município atualmente tem 78 funcionários ou cargos ocupados, que é o que está aqui nas propostas e está a propor a possibilidade de 66 novos funcionários, é isso. Depois a dotação orçamental de pessoal, vê-se aqui perfeitamente que temos recrutamento de pessoal para novos postos 94mil e novecentos €, pessoal a contrato a termo 38 mil, com contrato a prazo, 8.950€ o que dá 142 mil de dotação para o novo pessoal que vai entrar, é essa a projeção. Se eu analisar e se o município for atrás de ocupar as



*vagas, vejo a possibilidade de ocupar vagas com 22 licenciados e 9 com o 12º. Se for ocupar os cargos e for ligar com os custos de pessoal que já tenho agora, recebo do FEF 4.550.020€ e tenho de despesa, 4.577.250. Se for a fazer esta dotação no quadro de pessoal crio um desequilíbrio financeiro a nível de orçamento, porque vou criar 25% de encargos acima e vou criar um milhão e tal mil acima, com despesas de pessoal. Acho que isto não é muito real para estarmos aqui a tentar ver. Acho que é demais para o tipo de município e para os encargos que temos, para criar este quadro de pessoal se ocuparmos estas vagas todas. É que isto vai desequilibrar o Orçamento financeiro da Câmara.” -----*

*----- “ Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:-----*

*-----“Senhor Eng.º estou totalmente disponível para lhe explicar o quadro de pessoal porque, está a ver o quadro na sua totalidade que inclui aqui por exemplo, as mobilidades de funcionários, quer entre secções quer entre carreiras. Aqui está debitado tudo, o que não resulta que não são 22 postos novos, isso é um ponto. O outro é, e vou dar-lhe um exemplo, temos 3 coordenadores que se irão reformar no próximo ano e nós temos que ter lugares em aberto para ocupar o lugar deles. Vou-lhe dizer outra coisa que também não sabia, quando fazemos mobilidade de um colaborador de uma secção para outra, imaginemos que passa alguém da secção de pessoal para o atendimento, nós temos de ter duas vagas para uma só pessoa ou seja, temos a vaga do colaborador na Seção de Atendimento e temos a vaga do colaborador da Seção de Pessoal e só depois de passar e de se fazer a homologação, neste caso a consolidação é que uma delas é nula. Também é verdade que conforme as pessoas vão entrando e saindo e reformas, por vezes não fazemos a eliminação*



*dos lugares. É quase impossível ou não será muito fácil, ocupar todos estes lugares, que estão no documento a ocupar, mas vou responder-lhe a si e ao deputado Jorge que se respeitássemos um quadro em condições, com técnicos nas áreas todas, precisaríamos de 600 mil €, só que isto é como tudo, numa Câmara como a nossa, não temos essa capacidade, mas volto a referir o trabalho que nos é exigido é o mesmo. Sabe qual é a diferença, é que numa junta de freguesia, falhando um funcionário ou um trabalhador, o resto dos elementos com boa vontade suprimem essa falha, até porque eu já vi a Branca a executar funções que seriam de um funcionário, o mesmo não acontece na autarquia e, portanto, o que é que acontece, prioridades, operadores de máquinas, canalizadores, eletricitistas, Engenheiro Eletrotécnico, não temos. Vamos arrancar com uma série de obras, não temos. Precisamos de técnicos capazes e se tivermos de contratar tudo isso lá fora, fica-nos bem mais caro". -----*

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 18 votos a favor, sendo 17 votos do Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre” e 1 voto do deputado independente pelo movimento de cidadãos “Cumieira Sempre”, 5 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS-PP e 1 voto contra do deputado do CHEGA. -----**

----- **2.20** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos

mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2025); -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos não foram presentes à Mesa quaisquer pedidos de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Manuel Aguiar Rego, com funções de 1.º Secretário. Foi encerrada quando eram 21h10 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Emílio Esteves da Silva

1.º Secretário,



Manuel Aguiar Rego